
A AMÉRICA LATINA COMO FRONTEIRA

[Latin America as a Border]

RONIE ALEXSANDRO TELES DA SILVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

Resumo: O artigo tenta esclarecer o significado da situação fronteira da América Latina. Para isso, ele explora duas hipóteses: a) que nos constituímos como uma parte da Europa; b) que nos constituímos como uma cultura original fora das fronteiras do mundo europeu. Embora nenhuma das alternativas seja inteiramente razoável, parece que compartilhamos elementos de ambas, de tal forma que nos constituímos como europeus não europeus. Conclui-se com a tentativa de explicitar o significado de nossa condição fronteira destacando a necessidade de pensarmos a condição paradoxal da América Latina. Ou seja, trata-se de pensar o que temos sido a partir do que temos sido e não a partir de um ponto de vista europeu tradicional.

Palavras-chave: América Latina; Europa; fronteira; integração; universalidade

190

Abstract: The article tries to clarify the meaning of the border situation of Latin America. To do this, it explores two hypotheses: a) we constitute as a part of Europe; b) we constitute as an original culture outside the borders of the European world. Although none of the alternatives is entirely reasonable, it seems that we share elements of both, in such a way that we constitute as non-European Europeans. It concludes with an attempt to explain the meaning of our frontier condition by highlighting the need to think about the paradoxical condition of Latin America. That is, it is about thinking what we have been from what we have been and not from a traditional European point of view.

Keywords: Latin America; Europe; border; integration; universality

1. INTRODUÇÃO

Afirmar que a América Latina é uma fronteira da civilização europeia pode não significar muita coisa, pelo menos antes de sermos capazes de explicitar o que isso significa. Por um lado, isso pode querer dizer que somos uma espécie de vanguarda do mundo europeu, por nos situarmos adiante dela, nos limites mais avançados de seu movimento de expansão. Nesse caso, seríamos uma fronteira no sentido de estarmos incluídos na civilização europeia e, além disso, nos colocarmos em uma situação privilegiada de levar adiante os seus valores básicos.

Por outro lado, ser a fronteira do mundo europeu pode significar justamente o contrário, indicando a peculiaridade de nossa situação a partir da qual se iniciaria outro regime de valores. Nesse caso, a América Latina seria compreendida como um ambiente culturalmente distinto do europeu. Estaríamos não só fora do conjunto de valores europeus como nossa existência demarcaria sua incapacidade para se expandir além de certo ponto. Isto é, seríamos uma espécie de muro de contenção cultural em relação à civilização europeia.

Como se pode notar, afirmar que a América Latina é uma fronteira da civilização europeia pode significar coisas diferentes e até mesmo opostas. É possível que essa falta de clareza acerca de nossa situação fronteiriça esteja ligada à carga semântica do termo *fronteira*. Porém, não me interessa aqui pela questão exclusivamente conceitual envolvida e sim pela configuração cultural que a condição fronteiriça da América Latina possui. Ou seja, interessa-me aqui o modo de vida ou o conjunto de valores efetivamente experimentados pelo nosso subcontinente.

Embora esse tipo de *objeto* seja de difícil definição e apreensão, me parece aceitável lidar com ele com certa generalidade e liberalidade epistemológicas. Sabemos que algo como um tal modo de vida latino-americano tem existido mais em função de sua manifestação concreta na existência empírica

do que como decorrência de nossa maior ou menor habilidade em defini-lo com precisão.

Qualquer projeto ligado ao futuro da América Latina passa necessariamente pelo reconhecimento de seu modo de vida atual. Daí a importância do significado do que vem a ser *latino-americano* e, portanto, do esclarecimento do problema da fronteira indicado acima.

2. A FRONTEIRA INTERNA DO MUNDO EUROPEU

Por um lado, pode parecer que fazemos parte da civilização europeia. Nesse caso, nossas opções com relação ao futuro dizem respeito a estabelecer como conduzir o impulso civilizatório que nos foi transmitido por meio da colonização europeia. Seria o caso, dentro dessa situação, de darmos um passo adiante a partir de um conjunto de valores historicamente sedimentados e de assumir nossa condição enquanto um capítulo particular dentro de uma trama histórica mais ampla.

Adotar esse último ponto de vista pode nos auxiliar a remover uma série de obstáculos que passam, então, a não mais se mostrarem problemáticos. Afinal, se formos um capítulo do ocidente, todas as características sociais, políticas e morais que se mostrarem incompatíveis com o conjunto de valores europeus devem ser removidas do caminho. Não se trataria de equacionar ou compatibilizar valores que entram em choque ou se contradizem, mas de expurgar aqueles que não se mostram compatíveis com a matriz europeia – que constituiria o núcleo de nossa civilização.

Nesse sentido, o esclarecimento de nossa relação com o mundo europeu – o problema de fronteira – é fundamental no que diz respeito a qualquer orientação futura da América Latina. Tomar uma decisão com relação a ele define uma atitude de nossa parte com respeito a valores particulares.

Os exemplos que caracterizam essa perspectiva, que nos entende como membros do mundo europeu, são muitos e só posso ilustrá-la aqui. O “Ariel” do uruguaio Rodó (s. d.) é certamente um exemplar desse ponto de vista que nos inclui como participantes da história da Europa. Ele não apenas assume integralmente a identidade entre o conjunto de valores do mundo europeu e a América Latina como destaca nossa posição privilegiada para conduzi-lo adiante. Para isso, teríamos que contornar a variável pragmática encarnada pela América Anglo-Saxã e valorizar uma forma superior de humanismo, para a qual seríamos mais bem talhados.

A Antropofagia do brasileiro Osvald de Andrade (2011) também pode ser incluída nessa perspectiva relativa à América Latina. O que é relevante na proposta antropofágica é que se preserve ao mundo latino-americano a possibilidade de elaboração de uma síntese superior àquela de que seria capaz o mundo europeu. Assim, a capacidade brasileira para experimentar elementos culturais díspares e aparentemente inconciliáveis, não inviabiliza a possibilidade de fornecer uma futura e mais ampla unidade à totalidade. Pelo contrário, justamente por sua dispersão característica esse modo de vida excessivamente fragmentário promete uma síntese mais alargada que qualquer iniciativa semelhante já levada a cabo no ambiente europeu.

Nesse sentido, somos os continuadores da Europa, dotados de uma capacidade para expandi-la além de suas possibilidades propriamente europeias. Ou seja, a dispersão que caracteriza a maneira brasileira de ser nos possibilita a formulação de uma unidade que abrangerá, em algum momento do futuro, os valores europeus e outros mais.

Na verdade, nossa vocação seria a indicação de uma limitação injustificada dos dispositivos sintéticos da Europa. Dispositivos que conduziríamos, por nossa conta e risco, além de si mesma, por meio da antropofagia cultural universalizada. Dessa maneira, preservaríamos o ímpeto europeu para as sínteses, conduzindo-o a um patamar que só poderia ser atingido pela América Latina. Seríamos, desse ponto de vista, uma autêntica vanguarda cultural responsável por

gestar um mundo que não poderia ser obtido pela Europa nos seus próprios termos.

Tanto em Rodó (s. d.) quanto em Andrade (2011) a América Latina aparece como uma fronteira sobre a qual nos elevamos como uma promessa de futuro além das possibilidades existentes e limitadas da velha Europa. Dessa perspectiva, nos colocamos como seus continuadores e herdeiros, incluídos como membros em um conjunto mais amplo de valores em comum. Se há uma divergência entre esses dois autores, ela consiste na questão do rumo que se dá aos valores já existentes – veja-se a crítica de Rodó ao materialismo norte-americano – ou a superação necessária para lidar com os diferentes elementos que compõem a formação da sociedade latino-americana – no caso de Osvald de Andrade.

Um aspecto negativo de nos compreendermos hoje como inseridos na civilização europeia é o reconhecimento histórico e prático, que gradualmente vai se impondo à América Latina no início do século vinte e um, de que somos não a sua vanguarda, mas sua retaguarda. Isso quer dizer que embora possamos pretender reproduzir a Europa na América Latina, há algum tipo de resistência local que parece reclamar continuamente seus direitos e se interpõe à realização plena do mundo europeu. Talvez o exemplo mais expressivo dessa situação seja o da história Argentina entre os séculos dezenove e vinte. De uma promessa de nação latino-americana civilizada (SARMIENTO, 1973; ALBERDI, 1994), ela passou a incorporar a média de atribuições políticas e sociais do subcontinente (LAMBERT, 1969; CASAS, 1993).

Não parece adequado justificar essa disparidade prática entre o efeito dos valores europeus na Europa e na América Latina em função deles haverem chegado tardiamente aqui. Não se trata de que aquilo que veio a se impor na América Latina já não gozava mais de sua vitalidade original quando desembarcou nas caravelas dos colonizadores. A percepção crescente de um descompasso entre o mundo latino-americano e o europeu parece dever-se principalmente ao efeito produzido pelas nossas próprias condições. Assim, parece-me crescente a

percepção do fracasso dos processos de modernização da América Latina. Junto a essa constatação, parece-me cada vez mais saliente a constatação de que isso se deve às peculiaridades de nossas próprias condições culturais – distintas das europeias. Tais condições é que seriam determinantes para esse fracasso e não um enfraquecimento do ímpeto dos valores europeus.

Uma pequena observação terminológica é necessária aqui. A expressão *fracasso* é, nesse caso, inteiramente inadequada para descrever a situação descrita. Se os valores europeus não se enraizaram com o mesmo vigor na América Latina e isso se deve à nossa condição cultural, trata-se de incompatibilidade entre dois elementos e não de fracasso de um deles em tornar-se dominante diante do outro. Podemos, inclusive, descrever esse processo como sendo de *resistência* por parte do elemento latino-americano, mas certamente não como um fracasso dos valores europeus. Por isso, sugiro evitar o termo a partir de agora.

Retomando nosso fio narrativo, embora pudéssemos constituir a fronteira interna do mundo europeu, não nos caberia senão refletir de maneira tênue o conjunto de seus valores, como uma cópia analógica diante de seu original, como um mundo refletido em uma superfície opaca. Para restituir o brilho original seria necessário anular o efeito das próprias condições latino-americanas ou eliminar a interferência da nossa cultura em benefício de uma colonização plena.

Observe que todas as iniciativas de modernização da América Latina adotam alguma modalidade da compreensão básica de que fazemos parte do mundo europeu, cabendo-nos somente um esforço para se obter um alinhamento definitivo com ele. O que é relevante em todas elas é que, para todos os efeitos, o alinhamento é possível para nós.

Se houve uma transposição eficaz de valores europeus para a América, isso ocorreu na América Anglo-Saxã, justamente em função da indisposição para a negociação com as condições locais e os valores das comunidades originais indígenas. Ou seja, o sucesso na transposição atlântica da civilização europeia se tornou possível em função de certo grau de intolerância cultural – que levou ao

extermínio da população original e/ou à circunscrição dos valores indígenas a uma situação de marginalidade social e política. O sucesso na reprodução do mundo europeu na América Anglo-Saxã passou por remover do caminho as condições culturais preexistentes ou interferentes que poderiam perturbar o reflexo apropriado da cultura europeia.

O fato disso não ter ocorrido na América Latina não significa necessariamente que ela não faça parte do ocidente. Isso significa, no mínimo, que nossa situação com relação ao ocidente é distinta daquela que se instituiu na América Anglo-Saxã. Essa diferença entre as modalidades de colonização pode ser conciliada com uma dupla filiação ao mundo europeu – cada uma das Américas a seu próprio modo – sem que isso implique necessariamente o fato de não fazermos parte do mundo europeu.

De qualquer modo, o ponto frágil de nos colocarmos no interior da fronteira do mundo europeu é a sensação, que parece tornar-se gradualmente evidente ao longo das últimas décadas, de que não faz sentido o empenho para nos tornarmos plenamente europeus. Afinal, com maior ou menor esforço, a história dos últimos quinhentos anos da América Latina pode ser resumida a uma longa tentativa de europeização. Assim, é inevitável que vá se tornando cada vez mais perceptível que algum arranjo adicional precisa ser tentado – que não seja a mera transposição cultural da Europa além do Atlântico.

A percepção da existência de uma resistência prática em se instituir uma réplica europeia na América Latina é a maior fragilidade para a defesa de que efetivamente somos uma fronteira interna desse mundo.

O que se levanta contra essa hipótese é justamente o fato de que ainda não termos nos tornamos europeus, mesmo após quinhentos anos de história colonial. Parece razoável acreditar que isso não se deve a um *fracasso* europeu e sim a uma *resistência* latino-americana. E se há uma resistência é porque existe alguma incompatibilidade cultural entre os valores envolvidos. Nesse caso, só nos cabe reconhecer que essa incompatibilidade reflete uma diferença intransponível. Essa

diferença indica justamente que não fazemos parte da cultura europeia e que somos sua fronteira externa.

3. A FRONTEIRA EXTERNA DO MUNDO EUROPEU

Se assumirmos a hipótese que não fazemos parte da civilização europeia e que ocupamos o lado externo dessa fronteira, se segue que é parte do nosso destino desenvolver alguma forma de originalidade cultural por nossa própria conta e risco. Embora essa crença, de que não fazemos parte da Europa, seja uma possibilidade aparentemente válida, ela possui consequências muito específicas e mesmo perigosas. Isso se torna explícito quando levamos em consideração minha afirmação anterior de que uma decisão sobre de que lado da fronteira nos colocamos sempre está ligada a alguma modalidade de *projeto* para a América latina.

Refiro-me ao risco contido na adoção de uma rota civilizatória original. Observe que, nesse caso, é necessária uma escolha acerca da modalidade de regime político, de valores particulares a serem objeto de reverência, do que é relevante ou não para uma nação, de uma moralidade individual etc. Todos esses elementos que constituem um modo de vida teriam que ser estabelecidos pelo exercício de certo espírito de aventura, diante de um destino inteiramente aberto diante de nós. Afinal, se estamos do lado de fora da fronteira europeia, também estamos do lado externo da sua história e de sua cultura. Todos os seus exemplos, todo o seu passado e tudo o que se pode aprender com sua velha tradição, de nada nos valeria em função de não partilharmos valores em comum. Nesse caso, as velhas lições de nada nos serviriam e deveríamos nos colocar na posição de um recomeço integral.

Claro que isso pode ser interpretado naquele espírito de maioria defendido por Kant (1974) como um passo adiante na conquista de nossa independência autêntica. Porém, não tratamos aqui de um rompimento individual com relação a valores tradicionais em uma situação particular. Tratamos, isso sim,

do rompimento civilizatório de um subcontinente com relação a uma história da qual nos desvincularíamos para fazer justiça à cultura que nos constitui e que inviabiliza nossa integração plena à cultura colonizadora. A dimensão do problema é diferente do mero movimento individual de busca por autonomia descrito por Kant.

De um ponto de vista subcontinental, nosso único compromisso, já que não faríamos parte da história europeia, seria com nossa própria singularidade. Se tomarmos um caminho alternativo à civilização europeia, em qualquer direção que seja, não faz sentido promover uma avaliação crítica dos resultados obtidos do ponto de vista daqueles valores que abandonamos como referência. Eles já não podem mais nos servir de exemplo ou de critério de avaliação nem balizariam nossa maneira de ser.

Permito-me ilustrar esse ponto remetendo o leitor à situação atual da Venezuela, um dos primeiros países da América Latina a obter a independência das metrópoles europeias (ROBERTSON, 1929). Como se pode tomar conhecimento através de qualquer jornal diário, a situação política e social venezuelana hoje é dramática. Faltam gêneros alimentícios básicos, a inflação é galopante, há uma verdadeira onda imigratória para os países vizinhos, um ordenamento democrático mínimo já não existe mais e as instituições republicanas perderam totalmente a funcionalidade. Para todos os efeitos, vive-se sob um regime ditatorial.

O que me interessa nesse exemplo é chamar a atenção para o fato de que, colocados do lado de fora da fronteira da história europeia, tudo o que se passa na Venezuela nesse momento pode ser legitimado por meio de uma justificativa específica. É óbvio que não possuo interesse em promover tal justificativa. Porém, a questão é que as condições de possibilidade de uma justificativa desse tipo se estabelecem justamente em função de nos colocarmos fora dos parâmetros do mundo europeu. O que me parece merecer destaque na situação venezuelana atual é que, se nos desgarrarmos da história europeia e de algum apego a certa linha de valores que aí prevalece, colocamo-nos diante da

possibilidade de justificar qualquer estado de coisas em função de nossa presumida originalidade.

Pode ser simplesmente que um regime ditatorial possua mais afinidades com nosso substrato cultural de valores do que um regime democrático. Isso explicaria, inclusive, nosso retorno pendular a dispositivos políticos autoritários, como se eles refletissem valores subjacentes que vez e outra adquirem energia suficiente para emergir ao mundo político institucional. Nosso elitismo crônico (STEIN & STEIN, 1977) poderia, assim, ser justificado em função de sua afinidade com aquele substrato. Isso tornaria possível afirmar o caráter *natural* de procedimentos ditatoriais e elitistas, por exemplo.

Chamo a atenção para o fato de que do lado de fora da fronteira europeia, onde nos colocamos seguindo essa segunda hipótese, não faz sentido criticar uma situação política e social latino-americana apelando para um valor superior reconhecido - como o da dignidade humana. Afinal, a alta consideração por esse valor é derivada do mundo europeu, mais particularmente das revoluções americana e francesa. Assim, quando nos colocamos fora desse conjunto de valores, perde o sentido continuar a lançar mão de suas bases de apoio para condenar situações empíricas. Do lado de fora da fronteira os valores podem ser outros e as avaliações têm de levar em conta outros critérios que não àqueles com os quais estamos habituados em função de nossa formação intelectual europeia (Silveira, 2017).

Ou seja, tudo o que se passa na Venezuela hoje ou quaisquer outros eventos que nos parecem condenáveis de um ponto de vista (europeu) tradicional podem ser legitimados em função de nossa alegada originalidade cultural. Isso faz parte da própria condição de aventura: quem se coloca fora de um conjunto de valores consolidados corre o risco de encontrar novos valores que passam, então, a guiar novas práticas sociais. Não se pode buscar um destino próprio sem correr riscos e, eventualmente, até cometer erros. Embora, a princípio, não existam erros em uma situação de aventura. Pelo menos até que um novo conjunto de critérios se

consolide e se torne possível, a partir deles, identificar eventos discrepantes. Até que uma nova tradição se consolide, nada pode ser criticado ou considerado inadequado, já que não há valores fixos que possam exercer a função de critérios.

Em uma situação de aventura em que assumimos que já não fazemos parte da civilização europeia, estamos à procura de referências diferentes. Então, por exemplo, o que ocorre hoje na Venezuela pode ser simplesmente caracterizado como um efeito colateral dentro de um quadro em que se procura gestar um novo mundo. Mais do que isso, o que ocorre pode ser legitimado por um novo conjunto de valores civilizatórios como eventos corriqueiros e perfeitamente ajustados a essa nova configuração cultural. Ou seja, um regime ditatorial *pode ser* revestido de um aspecto de naturalidade e, portanto, de aceitabilidade em função da adoção de um conjunto de valores distintos dos europeus. O que não faz sentido é lançar-se a uma aventura do lado de fora da fronteira europeia sem abrir mão do conjunto de valores que a caracterizam, porque isso equivale a colocar-se, na prática, ainda dentro de seus limites. Isso significaria que a situação real equivale a posicionar-se do lado de dentro da fronteira europeia – e não fora dela como se declara.

200

A radicalidade implicada na adoção do lado exterior da fronteira europeia não pode ser amenizada, porque ela envolve necessariamente a disposição para uma aventura que conduziria o subcontinente para outra direção desconhecida. Com isso, quero dizer que colocar-se fora da fronteira com relação à Europa envolve a possibilidade de não possuir mais um conjunto de critérios que nos permita avaliar adequadamente a situação da América Latina em circunstâncias concretas.

Se os índices de mortalidade infantil do subcontinente nos parecem elevados, isso só é um problema enquanto eles entram em choque com o valor que atribuímos à dignidade humana. Valor que, de ponto de vista europeu, deve ser respeitado. Porém, quando nos colocamos fora dos valores da civilização europeia não podemos mais utilizá-lo para caracterizar a existência de um problema social. Assim, ficamos *sem* um critério de avaliação das situações efetivas em que vivemos.

Não é o índice de mortalidade infantil que é problemático por si mesmo. O que é problemático é a contradição que se estabelece entre o índice e um valor que se supõe inquestionável. Essa contradição só pode se estabelecer contra o pano de fundo do valor da dignidade humana e apenas sob essa condição a mortalidade infantil é um problema. Sem a operatividade de tal valor, não há contradição e qualquer índice de mortalidade infantil pode ser aceitável sem sinal de perturbação ou sensibilização das pessoas. Essa é uma lição trivial contida na noção de relatividade cultural e não deveria chocar a ninguém constatar que a mortalidade infantil é aceitável em determinadas situações.

Não existem problemas como tais. Só existem problemas quando dispomos de valores que são experimentados como gerando uma reverência especial de nossa parte. Sem eles não há contra o que identificar problemas. Interessa-me aqui constatar que essa é uma consequência de uma típica situação de aventura, quando nos colocamos fora da fronteira dos valores estabelecidos. Pode ocorrer também que se consolidem novos valores, após o período de aventura, que descaracterizem velhos problemas e os redefinam. Isso de tal forma que alguns eventos passem a não mais serem considerados problemáticos dentro de uma nova configuração de valores. Ou, ao contrário, que alguns novos problemas surjam justamente em função dos novos valores que se passa a dotar.

Na hipótese que estamos explorando, de que ocupamos o lado externo da fronteira do mundo europeu, a situação política venezuelana ou um índice elevado de mortalidade infantil podem se mostrar não problemáticos. Assim, a aceitação plena de que não fazemos parte da civilização europeia nos remete para uma situação de falência absoluta do conjunto de valores que a caracterizam e que nos são tão familiares.

É verdade que nos horroriza a possibilidade de abrir mão desses valores. A mera possibilidade de que a morte de crianças ou o sofrimento de outro ser humano sejam justificados e se tornem eventos *naturais* nos causa repulsa. Ou seja, a hipótese de nos colocarmos do lado de fora da fronteira da Europa agride nossa

sensibilidade atual forjada com base em valores europeus. Assim, em função de suas consequências aparentemente desastrosas e perigosas do ponto de vista coletivo, tudo indica que essa hipótese deve ser afastada do nosso horizonte.

Assumi-la integralmente nos lançaria em uma situação de incerteza que contém a possibilidade de gerar sofrimento de milhões de seres humanos. Isso faz sentido se já nos confessamos de retorno para o lado interno da fronteira, dentro de uma perspectiva tradicional (europeia) de pensar. Pois o que define o sentido referido de *sofrimento* é essa matriz de valores. Embora pareça razoável que uma pessoa passe por uma crise existencial e redefina seu sistema de referências – como no caso kantiano da busca por autonomia – essa não parece uma experiência que se possa sensatamente defender como uma atitude a ser adotada por um subcontinente. Assim, colocar-se fora da fronteira do mundo europeu não parece uma possibilidade válida para nós. Pelo menos não parece uma possibilidade que se possa defender de maneira honesta diante de suas consequências potencialmente desastrosas.

202

A crueldade implicada na disposição para abrir mão do conjunto de valores europeus parece ferir profundamente nossa sensibilidade consolidada. Embora essa seja uma hipótese teoricamente viável, seu impacto sobre nós parece inaceitável. Como não podemos sair de nossa pele para experimentar o mundo, também não parece possível adotar essa hipótese na prática – que equivaleria a abandonar nossas crenças mais básicas para obter uma suposta originalidade. Um grau mínimo de responsabilidade e solidariedade pelos demais seres humanos que habitam esse subcontinente nos parece razão suficiente para afastar do horizonte essa hipótese de nos colocarmos fora do mundo europeu.

Se não isso, o mero cálculo egoísta também pode nos levar à mesma conclusão. Afinal, em uma situação de aventura cultural ninguém pode saber se um futuro conjunto de valores não irá transformar a si mesmo em um pária social ou em uma figura indesejável. Pode ser que nesse futuro estado de coisas, os professores de filosofia barbudos e bonitos seja tipos sociais condenáveis sob todos os

aspectos. Em tal situação de insegurança não há como saber para onde tenderão os novos valores a serem adotados e, portanto, também os novos tipos de preconceitos. Qualquer um, pensando apenas em si mesmo, deveria considerar a possibilidade de um prejuízo definitivo para sua pessoa gerado pela aventura cultural fora da segurança representada pelos valores europeus. Seria, assim, mera questão de interesse próprio e de instinto de sobrevivência colocar-se sob o signo desses valores.

4. NEM DO LADO DE DENTRO NEM DO LADO DE FORA

Não creio que a América Latina possa se colocar do lado de fora da fronteira do mundo europeu. Mesmo que pudéssemos hipoteticamente nos lançar em uma aventura civilizatória nas dimensões envolvidas por essa condição exterior, não parece possível acreditar que abriríamos mão do conjunto de valores europeus. Nossa sensibilidade encontra-se de tal maneira marcada por aqueles valores que recuaríamos horrorizados diante da mera possibilidade de que a mortalidade infantil ou a fome não sejam mais consideradas como problemas sociais a serem combatidos – por exemplo.

Quero dizer, com isso, que me parece inviável que a América Latina – ou mesmo uma de suas nações – coloque de lado o mundo europeu e se lance para fora desse passado comum. Essa possibilidade exigiria um desgarramento tão radical com respeito a tudo o que temos sido desde a colonização que não parece possível do ponto de vista prático e coletivo. O grau de ruptura necessário para isso não poderia ser realizado sem um custo humano enorme. Assim, simplesmente não parece fazer sentido defender a hipótese de que a América Latina mergulhe em alguma modalidade de aventura cultural inteiramente fora dos parâmetros europeus.

Embora qualquer governo possa lançar mão da justificativa de que determinado estado de coisas é, na verdade, uma consequência da busca por

originalidade política do lado externo do mundo europeu, não é razoável imaginar que essa legitimação possa perdurar nas mentes e na prática por muito tempo. Ou seja, embora essa justificativa possa surgir esporadicamente aqui e ali, ela não pode se sustentar como uma posição política durável para a dimensão integral da cultura latino-americana, em função do compromisso já estabelecido por esta última com a matriz de valores europeus.

Por outro lado, quando nos colocamos do lado de dentro da fronteira da cultura europeia somos obrigados a concluir também que somos uma configuração resistente a tais valores – como vimos antes. Isto é, como ainda não atingimos parâmetros sociais e institucionais semelhantes aos da Europa, só nos resta nos representarmos como uma configuração europeia que, por algum motivo, resiste a se tornar plenamente europeia.

Aquela promessa de tornarmos os valores europeus ainda mais agudos do que são na própria Europa – seja nas versões ilustrativas de Rodó (s. d.) e Andrade (2011) ou em quaisquer outras – não parece passar de um tipo de bravata que contamos a nós mesmos diante de uma realidade difícil de ser explicada. Ela somente parece justificável diante da dura constatação de que ainda não somos europeus, mas apenas como um gesto de autoafirmação.

Do lado de dentro da fronteira e em face dessa nossa condição de resistência, parece possível pensar que *ainda* não nos tornamos europeus, mas que em breve poderemos nos tornar. Pelo menos é isso que os governos de qualquer posição no espectro político latino-americano insistem em afirmar por meio de discursos ou práticas políticas. Embora diverjam nas estratégias, todos eles orientam suas ações para a modernização. Isto é, para a europeização. Essa possibilidade efetivamente existe, mas os resultados históricos não a têm confirmado e começam a conduzir o prato da balança para o lado de uma simples impossibilidade.

O que se pode verificar empiricamente, olhando para nosso presente e para nosso passado, é que não nos faltaram oportunidades para nos tornarmos efetivamente europeus, mas algo em nós parece ter tomado a decisão de nos

conduzir a outra situação. Aparentemente há algo em nós que age contra esse propósito. Os resultados indicam claramente que não somos inteiramente europeus. Então, para todos os efeitos, não estejamos inteiramente do lado de dentro da fronteira do mundo europeu. Já vimos que também não podemos nos colocar inteiramente do lado de fora dessa mesma fronteira. Esta condição de estar dentro, mas não estar constitui o problema da fronteira da América Latina com relação à Europa.

5. CONCLUSÃO

Considerando tudo o que foi dito até o momento, podemos perceber que não estamos efetivamente nem do lado de dentro nem do lado de fora do mundo europeu. Cabe, então, tentar esclarecer em que consiste nossa situação com relação à velha Europa. Embora pareça paradoxal, como vimos antes, efetivamente encontramos-nos do lado de dentro e do lado de fora do mundo europeu.

205

Encontramo-nos do lado de dentro porque somos um resultado da intervenção histórica dos valores da Europa – através da colonização. Vimos como nos causa repulsa a mera possibilidade de lançarmo-nos em uma aventura para fora dos valores de matriz europeia. Mas também é verdade que ainda não chegamos a ser europeus, embora em algumas circunstâncias particulares a imitação tenha sido muito bem encenada e quase acreditamos nela. Isso significa que somos outra modalidade de europeus – ou, se preferirmos, uma modalidade de europeus não europeus.

Antes de tentar desembaraçar a dificuldade, é necessário observar que estamos diante de uma forma de vida. Não faz nenhum sentido julgar se uma forma de vida é legítima ou possível, já que ela existe. Não se discute a legitimidade do que existe, já que existe, senão no contexto de alguma patologia ligada à arrogância intelectual. Se essa forma de vida extrapola nossa maneira habitual de pensar, em função de sua configuração paradoxal, isso deve nos levar a revisar nosso

pensamento e não a julgá-la como algo impossível ou inviável. Embora esse esclarecimento pareça supérfluo, ele é necessário para nos permitir compreender adequadamente o paradoxo aparente da situação fronteiriça sem resvalar para alguma forma de arrogância intelectual e de condenação da América Latina – como se se tratasse de um subcontinente impossível.

Se há uma lição fundamental que nossa relação com a Europa nos fornece é que não podemos pensá-la com os recursos intelectuais europeus tradicionais de que dispomos. Ela constitui-se como um desafio especial justamente porque nela encontramos-nos, ao mesmo tempo, dentro e fora da fronteira cultural do mundo europeu. Ou seja, para sermos capazes de compreender nossa *situação efetiva*, devemos abrir mão do conjunto de elementos que têm dirigido nossa forma de pensar europeia atual. Só nos remetendo para uma condição alternativa de pensamento é que seremos capazes de compreender em que medida somos parte do mundo europeu e em que medida, ao mesmo tempo, não o somos. Não podemos atingir uma compreensão adequada do que somos com base nos instrumentos conceituais tradicionais da velha Europa. Isso não significa que nos coloquemos fora dela, mas somente que nos coloquemos dentro de nossa própria situação com a finalidade de pensar o que temos sido. Porque o que temos sido não equivale a uma configuração externa nem interna ao mundo europeu.

Mas o que, afinal, significa exatamente a nossa situação fronteiriça com respeito à Europa? Sabemos que os valores europeus nos moldaram historicamente. Por isso, somos um resultado inegável de sua atuação. Porém, também sabemos que esses valores não exerceram aqui o mesmo efeito que na velha Europa em função de nossa resistência estabelecida.

Essa resistência não é do tipo que exclui o conteúdo a que resiste, deixando-o do lado de fora ou mesmo afirmando a necessidade de sua exclusão – talvez uma forma singela de nacionalismo que visa impedir a influência estrangeira. Ao contrário, trata-se de uma resistência sofisticada que tem subordinado o conteúdo cultural europeu ao seu próprio modo de operação. Com isso, quero dizer

que na América Latina não está em operação uma resistência tradicional que visa meramente excluir os valores europeus. Essa resistência opera por uma anulação relativa dos valores adventícios.

Fundamentalmente, o que se tem anulado na América Latina é o aspecto *universalista* da cultura europeia. O universalismo europeu é um dispositivo que tem a tendência a impor um domínio exclusivo sobre determinado conjunto de elementos. Essa é a estrutura da formação histórica dos Estados Nacionais europeus por meio da unificação da língua e do território que se encontrava disperso. Ela também é a maneira pela qual se chegou à monetarização da economia (ELIAS, 2011). Sob a mesma modalidade ela opera o processo psicológico de subjetivação visando dotar o indivíduo do pleno domínio sobre todas as esferas de sua vida ou a constituição moral da autonomia (SCHNEEWIND, 2005). Em todas essas situações tornou-se necessário promover uma *integração da diversidade*. Essa unificação se tornou possível através da subordinação a uma esfera postulada como superiora: o Estado, a lei moral, o valor exclusivo de uma moeda, a língua mãe, o patrimônio nacional, a integridade do sujeito constituída sobre seus pensamentos e ações etc. Em todos esses dispositivos há uma mesma estrutura integradora atuando. Sua função é unificar a dispersão através da autoridade reconhecida de um princípio superior.

E é justamente essa tendência à integração da diversidade que tem sido anulada pela cultura latino-americana, mas não os próprios valores europeus como tais. Assim, embora esses valores europeus estejam sendo internalizados por meio da colonização – que é um processo cultural contínuo - eles ainda não o foram plenamente. Com isso, quero dizer que tais valores não assumiram na América Latina a *forma universalista* de que gozam na Europa. O que se nota não é a ausência desses valores em nosso subcontinente, mas sua ineficácia prática, sua incapacidade de exercer um domínio pleno sobre o nosso modo de vida, sua incapacidade enquanto agentes integradores de um panorama diversificado.

Se é efetivamente assim, então aquele aparente paradoxo se dissipa porque estamos do lado de dentro da fronteira - já que compartilhamos os mesmos valores básicos com a Europa - mas também estamos do lado de fora- na medida em que esses valores jamais assumem o controle pleno da totalidade de nossa configuração cultural.

Não há nenhum mistério implicado nessa situação paradoxal. O que há é um efeito de anulação latino-americano da tendência universalista, típica da cultura europeia. Porém, esse efeito nunca se apresenta como uma resistência explícita, na medida em que ele não se impede que os valores exerçam sua força no ambiente latino-americano. O que se impede é somente que eles exerçam sua plena potência universalista ou integradora. Então, a situação efetiva na América Latina é a de um jogo de forças permanente entre valores universalistas e energias desagregadoras. Essa tensão adota diferentes configurações empíricas em que a europeização está atuando, porém também está sendo anulada no que diz respeito à sua universalidade.

208

Não tenho interesse nem capacidade para rastrear aqui a origem desse dispositivo de resistência sofisticado que opera na América Latina. Parece-me suficiente destacar aqui esse quadro geral de tensão entre valores europeus, que visam a obtenção da integração sob um princípio, de um lado, e um mecanismo latino-americano de resistência à universalidade, de outro. Esse quadro pode ser identificado por qualquer observador atento em sua própria circunstância empírica e dentro de sua própria área de conhecimento.

Em geral, na América Latina não há recusa ou aversão pelo mundo europeu. Mas também não há uma mobilização interior que poderia levá-lo a tornar-se predominante no âmbito prático da América Latina. Isso certamente não significa que exista algo como aquela deficiência colonizadora por parte dos valores europeus – o que é desmentido pela configuração da América Anglo-Saxã. O que há, de fato, é uma resistência a qualquer processo que possua a pretensão de impor sobre a superfície latino-americana uma só e mesma feição.

Esse jogo de forças é certamente uma configuração cultural gerada pelo processo de colonização. Tudo indica que nos adaptamos à situação de colonização desenvolvendo uma modalidade de resistência que consegue conviver com a imposição de valores estranhos, sem curvar-se inteiramente a eles. Ou seja, esse mecanismo parece permitir uma subserviência aparente a valores impostos. É inegável o aspecto plástico dessa capacidade que nos permite absorver valores alienígenas sem adotar sua gravidade original integradora. Trata-se de uma forma de receptividade enganadora, capaz de adotar feições distintas de acordo com a energia empregada em cada circunstância colonizadora enquanto preserva uma disposição para não se deixar integrar.

Se esse dispositivo de resistência efetivamente funciona dessa forma, parece necessário redefinir o sentido do processo de colonização. Afinal, essa resistência sofisticada só é possível em um ambiente colonizado em que valores externos exercem continuamente uma força integradora. Com efeito, estar sendo colonizados é nossa situação vital, porém essa condição não consiste simplesmente em receber a influência poderosa de efeitos externos. Esse é um de seus componentes, mas estar sendo colonizados é fundamentalmente exercer a anulação relativa do impacto original da forma integradora dos valores externos preservando seu conteúdo. Estar sendo colonizados significa colocar-se ao mesmo tempo do lado de dentro e do lado de fora da fronteira da cultura europeia. Compreender que essa é nossa situação pode ser um passo decisivo na maneira como lidamos com a colonização e com a velha Europa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERDI, J. **Fundamentos da organização política da Argentina**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

ANDRADE, O. **A utopia antropofágica**. São Paulo, Globo, 2011.

CASAS, J. **Um novo caminho para a América Latina**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

-
- KANT, I. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- LAMBERT, J. **América Latina**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- ROBERTSON, W. **The life of Miranda**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1929.
- RODÓ, E. **Ariel**. S. l. (s. d.). Disponível em <http://www.scribd.com/people/view/3502992-jorge> Consultado em 13/9/2017
- SARMIENTO, D. **Facundo**. Buenos Aires: Editorial Atlântida, 1973.
- SCHNEEWIND, J. **A invenção da autonomia**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005.
- SILVEIRA, R. O intelectual latino-americano. **Pacarina del Sur**, ano 8, n. 31, 2017.
- STEIN, S.; STEIN, B. **A herança colonial da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.